

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de S. Catarina Class.: 100

Data: 29.03.83 Pg.:

**Barragem de Ibirama
190
pode ser embargada**

FLORIANÓPOLIS (Sucursal) — Tendo como argumento básico o fato de ser "inaceitável" que as terras indígenas sejam inundadas sem que antes haja uma solução para os problemas de novas moradias e indenização das terras e demais prejuízos além do esclarecimento de uma série de pontos duvidosos, as obras da barragem de Ibirama — mesmo se forem reiniciadas com a liberação das verbas — deverão ser embargadas.

"A intenção não é impedir a construção da barragem, mas sim negociar, assegurando os direitos da comunidade indígena", esclareceu em Florianópolis, o jurista Dalmo Dallari, que vai patrocinar a ação judicial, tendo como respaldo vitórias já obtidas, em casos semelhantes, em São Paulo e no Paraná (Itaipu).

As primeiras providências já foram tomadas neste sentido. Ontem ocorreu uma reunião em Florianópolis, com participação dos advogados Dalmo Dallari e Álvaro Reinaldo de Souza; do líder indígena Lino Nune-Nfoonr; e dos antropólogos Silvio Coelho dos Santos; Neuzä Bloemer, Anielinse Nocke; Dennis Werner (todos da UFSC); e Hilda Parai-zo (da Universidade da Bahia).

SOLUÇÃO URGENTE

Na ocasião, o líder indígena fez uma exposição de como está a situação atual da comunidades indígena de Ibirama (Xokleng). Falou

de "muita miséria, muita enrolação e promessa", concluindo que a única esperança seria "entrar na justiça". Mas não sabia como fazer isso e quais as possibilidades de sucesso. Dallari, após se inteirar devidamente da problemática, marrou as suas experiências na área, esclareceu um sem números de dúvidas dos antropólogos e abriu "um novo horizonte" à comunidade indígena.

Dallari esclareceu, inicialmente, que a comunidade indígena não é só uma comunidade de fato, mas também de direito. Os seus direitos estão garantidos no estatuto do índio. A estratégia, que já abriu precedentes em outros estados, é o próprio índio fazer a procuração e o advogado entrar em juízo. Diante de eventuais dificuldades para obtenção de assinaturas dos líderes indígenas mais diretamente ligados à Funai, Dallari salientou que "é preciso deixar claro que não se trata de uma briga contra a Funai, mas uma briga junto com a Funai, na defesa dos índios, que querem manter a sua área de terra para viver".

O advogado Álvaro Reinaldo de Souza aproveitou para ressaltar que a barragem é uma necessidade diante da problemática das cheias no Vale do Itajaí. "Mas é preciso abrir uma negociação, para avaliar as consequências sociais, econômicas e ecológicas. Sem isso, a obra não pode prosseguir".

ÚLTIMA ESPERANÇA

A comunidade indígena também está consciente disso. E a posição da comunidade fica clara no depoimento do seu líder "Lino" na nossa comunidade ninguém queria a barragem. Mas como é uma coisa de utilidade pública, se pede a indenização. E como aquela área onde a gente mora vai ser inundada, então temos que ir para uma área mais alta. Até aqui, esperamos providências da Funai para que fosse dado um jeito na indenização sobre aquilo que vamos perder. Mas o delegado da Funai, já nos avisou que podemos tirar o cavalinho da chuva, que o governo não tem dinheiro para isso. Logo, a gente não pode esperar mais pela Funai (...).

Álvaro recordou, que além desses problemas, todos, existem ainda outros de ordem técnica, como a questão da segurança das obras. Segundo ele, as ensecadeiras romperam duas vezes, "o que é bastante sintomático" (...).

Antes de Dallari voltar a dar opiniões, o líder indígena indagou: "por que não colocam o povo primeiro a salvo e depois fecham as barragens?". Um antropólogo lhe lembrou que isto ocorre em todo o Brasil, "é costume do nosso governo não medir as consequências sociais dessas obras". Lino disse ainda que o pior é "ficar nessa indefinição, esperando, levando prejuízos, sem poder fazer nada. Temos que ter uma definição...".

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de F. Catarina Class.: 137Data: 29.03.83 Pg.: _____

Indios querem embargar construção da barragem

Um grupo de antropólogos, juntamente com os chefes indígenas da Reserva Duque de Caxias, vai promover uma medida judicial que visa a embargar as obras de construção da barragem Norte, em Ibirama, até que sejam assegurados todos os direitos da comunidade indígena que habita a região a ser inundada pela futura barragem. Ontem, em Florianópolis, o jurista Dalmo Dallari participou de uma reunião com o líder indígena Lino Nune-Nfoonr e o antropó-

logo Sílvio Coelho dos Santos, quando foram debatidos aspectos da medida judicial a ser proposta nos próximos dias. Após o encontro o jurista Dalmo Dallari justificou que o objetivo da iniciativa é abrir o diálogo além de esclarecer alguns pontos ainda duvidosos sobre a construção da barragem Norte. Neste final de semana estará visitando o local da construção da barragem, o secretário geral do Ministério do Interior.

Página 3